



TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA SOLICITANTE: Governo Municipal

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TR: Adriane Viana Resende

SOLICITAÇÃO DE DESPESA: 114/2026

RECURSO: PRÓPRIO

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal no "Curso Completo Sobre as Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014)".

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1 O presente instrumento tem por objeto a análise da viabilidade técnica, jurídica e econômica para a contratação de **serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, especificamente a inscrição de 03 (três) servidores públicos municipais — **Lucas Kolling, Priscilla Gimenez Siqueira Gonçalves Olsson e Ana Ligia Martins de Lima** — no "Curso Completo Sobre as Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014)".

2.2 A definição do objeto pauta-se na necessidade de segregação de funções e especialização técnica dos agentes que atuam na ponta do processo de formalização de convênios e termos de parceria. O objeto não se limita à simples "compra de curso", mas sim à aquisição de conhecimento técnico especializado indispensável para a instrução processual segura no Município de Campo Novo do Parecis.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A atuação dos servidores públicos envolvidos com os fomentos e termos de cooperação técnica com base na Lei 13.019/2014 exige constante atualização e capacitação técnica, tendo em vista as inúmeras alterações legislativas, normativas e orientações emitidas pelos órgãos de controle no que se refere as Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014);

3.2 O Município de Campo Novo do Parecis realiza rotineiramente parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) para a execução de serviços de relevância pública. No entanto, a **Lei nº 13.019/2014 (MROSC)** estabeleceu um regime jurídico complexo e rigoroso, que exige um fluxo procedimental específico de chamamento público, formalização, monitoramento e prestação de contas, distinto das licitações comuns;

3.3 A problemática identificada reside na **necessidade de atualização técnica imediata** dos servidores **Lucas Kolling, Priscilla Gimenez Siqueira Gonçalves Olsson e Ana Ligia Martins de Lima**. A ausência de domínio especializado sobre as inovações normativas e entendimentos dos Tribunais de Contas gera um cenário de insegurança jurídica, podendo resultar em, Inépcia na elaboração de editais de chamamento, Falhas na fiscalização da execução das metas pelas entidades e Rejeição de contas pela Corte de Contas em virtude de erros formais ou materiais.

3.4 A contratação fundamenta-se no Princípio da Eficiência (Art. 37, CF) e no Princípio da Segregação de Funções. Para que o Município cumpra seu papel



fiscalizador, seus agentes devem possuir capacidade técnica superior ou equivalente aos entes parceiros. A indicação nominal dos servidores justifica-se por sua atuação direta na linha de frente dos processos de parceria, onde o conhecimento intelectual especializado é a principal ferramenta de mitigação de riscos de improbidade administrativa.

3.5 Portanto, a participação no curso justifica-se pela necessidade de atualizar e aprimorar os conhecimentos técnicos de servidor responsável por esses processos da prefeitura, trazendo alinhamento às exigências da Lei nº 13.019/2014 e às orientações dos órgãos de controle, para garantir maior segurança jurídica, eficiência administrativa e transparência nos processos de contratação, minimizar riscos de falhas, atrasos ou descumprimento da parceria, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos, fortalecendo a gestão e fiscalização das parcerias celebradas com as associações;

3.6 Com isso entende-se que a contratação da empresa especializada para a oferta do curso completo de Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014), revela-se medida necessária e de relevante interesse público, pois proporcionará aprimoramento profissional, eficiência administrativa e cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E SERVIDORES INSCRITOS

4.1 Inscrição de 03 (três) servidores do município para o Curso Completo Sobre as Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor - MROSC - Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014), com o professor Valtuir Pereira Nunes, que será realizado nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2026 em São Paulo-SP, com certificação para os participantes ao final da capacitação.

4.2 Relação dos servidores inscritos para capacitação:

NOME	CARGO
Lucas Kolling	Assessor Jurídico
Priscilla Gimenez Siqueira Gonçalves Olsson	Assessora Jurídica
Ana Lígia Martins de Lima	Diretora de Parcerias

5. RELAÇÃO DO ITEM COM QUANTITATIVO E VALOR:

Nº do item	Item	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
1	9278	TAXA DE INSCRIÇÃO DE CURSO	un - unidade	3	3.556,00	10.668,00

6. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 Essa contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1 A solução proposta consiste na contratação da empresa AP ORGANIZACAO PAULISTA EM GESTAO PUBLICA LTDA, instituição com mais de 20 anos de experiência em capacitação de servidores públicos, para a realização do curso



completo de Parcerias do Poder Público com o Terceiro Setor: MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014);

7.2 O curso tem como objetivo oferecer formação aprofundada e prática sobre as contratações públicas, contemplando todas as etapas do processo licitatório, desde o planejamento e elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Termos de Referência e editais, até a execução e fiscalização dos contratos;

7.3 Abordagem teórica e prática sobre o regime jurídico das parcerias, incluindo fase de planejamento (edital), seleção, celebração, execução, monitoramento e a complexa fase de prestação de contas.

7.4 A metodologia aplicada no Treinamento é focado na realidade da gestão pública municipal, visando a padronização de procedimentos internos e a redução de erros em processos de repasse de recursos públicos.

7.5 Fornecimento de material didático atualizado conforme a legislação vigente e emissão de certificados que comprovem a aptidão técnica dos servidores para atuar na área.

7.6 A solução não se esgota na participação dos servidores nas aulas; ela se integra ao fluxo de trabalho do Município de Campo Novo do Parecis ao permitir que os conhecimentos adquiridos sejam replicados internamente e aplicados na revisão dos instrumentos jurídicos (termos de colaboração e fomento). O resultado esperado é o fortalecimento do **Controle Interno** e a garantia de que as parcerias com o terceiro setor guardem estrita observância ao princípio da legalidade e à segurança jurídica.

7.7 Tratando-se de serviço de natureza intelectual e pedagógica, a manutenção da solução ocorre por meio da aplicação prática dos conhecimentos no cotidiano administrativo. A escolha da empresa **AP Organização Paulista em Gestão Pública Ltda** fundamenta-se na singularidade de sua metodologia, que integra a base de dados nacional de investimentos públicos com a legislação do MROSC, garantindo uma solução que une teoria normativa e prática operacional.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 São obrigações da Administração Pública

- a) Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;
- b) Receber o serviço no prazo e nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- c) Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
- d) Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- e) Fiscalizar a execução dos serviços prestados;
- f) Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- g) Aplicar as sanções administrativas pertinentes, em caso de inadimplemento;
- h) Caberá ao Município receber o serviço contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Instrumento.

8.2 São obrigações do fornecedor contratado:

- a) Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;
- b) Efetuar o serviço de acordo com o solicitado, bem como das normas constantes no Instrumento;



- c) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, por meio da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- d) Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando ao CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;
- e) Será responsável pelo fornecimento dos serviços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Município;
- f) A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;
- g) Refazer os serviços em desacordo com as especificações constantes no pedido, sem ônus a Administração;
- h) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Campo Novo do Parecis, no tocante ao fornecimento do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 Com a contratação em tela, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- a) Aprimoramento técnico por meio de capacitação de profissional envolvido nos processos de licitação e gestão contratual, proporcionando domínio atualizado sobre a Lei nº 14.133/2021 e suas implicações práticas;
- b) Redução de riscos administrativos e jurídicos minimizando falhas na elaboração de ETPs, Termos de Referência, entre outros; assegurando maior conformidade com a legislação vigente e com as orientações dos órgãos de controle;
- c) Eficiência e transparência nas contratações garantindo que os processos licitatórios sejam conduzidos de forma mais célere, eficiente e transparente, resultando em contratações vantajosas para a Administração Pública;
- d) Melhoria na gestão e fiscalização contratual desenvolvendo competências para acompanhamento mais eficaz da execução de contratos de obras, serviços, tecnologia da informação, cessão de mão de obra, entre outros, reduzindo riscos de atrasos, sobre custos e descumprimento de cláusulas contratuais;
- e) Uniformização de procedimentos internos promovendo alinhamento técnico entre os servidores da Secretaria, padronizando práticas de planejamento, contratação e fiscalização, o que fortalece a governança institucional;
- f) Maior segurança jurídica assegurando que as decisões e práticas administrativas estejam fundamentadas na lei e nas melhores orientações técnicas, evitando questionamentos futuros e garantindo respaldo jurídico às ações da gestão;
- g) Otimização do uso dos recursos públicos contribuindo para a economicidade e eficiência das despesas da Secretaria, mediante contratações mais vantajosas e execução adequada dos contratos firmados.

10. MODELO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

10.1 A contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



10.2 O instrumento ficará sob a responsabilidade de um Gestor de Contrato e por um Fiscal de Contrato cujas atribuições são relativas à execução do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.3 Após a Nota de Autorização de Despesa será elaborado o plano de fiscalização do mesmo, conforme as estratégias de execução do serviço em consonância ao Decreto Municipal 56/2023.

10.4 A execução da contratação deverá ser acompanhado e fiscalizado por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

- a) Os resultados alcançados em relação a contratação, com a verificação dos prazos de fornecimento e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida, quando se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra;
- c) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e a satisfação do público usuário, quando cabível.

10.4.1 O fiscal da contratação deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a contratada:

- a) Não produzir os resultados, deixar de fornecer, ou não fornecer com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.4.2 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

10.5 O serviço será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o produto/serviços está condizente com a fatura, com as informações do contrato, ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o serviço está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro das especificações contratadas.

10.6 O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.7 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

10.8 As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico da contratada, devendo a contratada informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado, em parcela única, por meio de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o



recebimento da Nota Fiscal/fatura dos itens/serviços efetivamente entregues, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária:

02.001.04.122.0002.20001.33900000000.150000000000000

Campo Novo do Parecis/MT, 19 de janeiro de 2026.

Adriane Viana Resende

Responsável pela elaboração do TR

Cleide Soares de Medeiros

Chefe de Gabinete



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 73BD-D021-16A1-3F04

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ADRIANE VIANA RESENDE (CPF 061.XXX.XXX-30) em 19/01/2026 07:43:37 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CLEIDE SOARES DE MEDEIROS (CPF 022.XXX.XXX-79) em 19/01/2026 07:48:38 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 19/01/2026 às 08:48 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/73BD-D021-16A1-3F04>